

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PESQUISAS COM DOCUMENTOS CURRICULARES (nacionais e locais): escola básica brasileira

Aline Rabelo Marques¹
Fabiany de Cássia Tavares Silva²

*Recebido em: 09/08/2016 - Alterações recebidas em: 09/02/2017 - Aceito em: 09/02/2017 –
Publicado em: 28/04/2017*

Resumo: Neste trabalho objetivamos analisar parte de resultados obtidos em dissertação de Mestrado, organizada sobre o exercício de mapeamento de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em educação entre 1998 a 2013. Vale destacar, que operamos com dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), identificando aquelas produções que minimamente trouxeram estudos sobre as etapas da educação infantil e ensino fundamental, na perspectiva da recontextualização do discurso ideológico sobre a distribuição de conhecimentos. Para tanto, elegemos como categorias de análise, currículo, Escola Básica, Educação Básica, distribuição de conhecimentos, conhecimento (enquanto construções intelectuais historicamente produzidas pela humanidade), qualidade (inclua-se educação de qualidade, qualidade na educação, entre outras variações de uso encontradas, referentes às relações com o conhecimento) e avaliação. Entre os resultados das análises destacamos o pequeno contingente de trabalhos, que se dedicaram ao estudo da distribuição de conhecimentos, bem como a expressiva desigualdade regional na distribuição de teses e dissertações produzidas. Por fim, a linguagem escolhida na educação não é neutra, pois com ela compreendemos a realidade educacional de uma forma e não de outra, destacamos determinados problemas, tomamos posição diante deles e expressamos nossas intenções.

Palavras-chave: Escola Básica. Estado do Conhecimento. BDTD. Currículo.

STATE OF KNOWLEDGE ON THE RESEARCH WITH OFFICIAL CURRICULUM STUDIES (NATIONAL AND LOCAL): brazilian basic school

Abstract: In this paper, we aimed to analyze part of results obtained in Master's dissertation, organized on mapping exercise of dissertation and theses produced on post-graduation programs from 1998-2013. It is worth mentioning that we operate with data from Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), identifying those productions that minimally brought studies on the stages of early education and elementary school, in the perspective of re-contextualization of ideological discourse about the knowledge distribution. Therefore, we have elected as analysis category, curriculum, Basic School, Basic Education, knowledge distribution, knowledge (while intellectual constructions historically produced by humanity), quality (include quality education, quality in education, among others use variations found, concerning relation with the knowledge) and evaluation. Among the results of the analysis, we

¹ Pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestra em educação, Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1227618107212817>>. E-mail: <aline_rm1@hotmail.com>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6378-2247>.

² Professora Doutora-pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2155039635962400>>. E-mail: <fabiany@uol.com.br>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7106-690X>.

highlight the small contingent of works, that that have dedicated themselves to the study of the knowledge distribution, as well as the significant regional inequality in produced thesis and dissertations distribution. Lastly, the chosen language in education is not neutral, because with it we understand the educational reality in one way and not another, we have highlighted certain problems, taken a position before them and expressed our intentions.

Keywords: Basic School. State of Knowledge. BDTD. Curriculum.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

No ano de 2013, o **Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar (OCE)**, vinculado à linha *Escola, Cultura e Disciplinas Escolares*, do Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, deu início ao desenvolvimento da pesquisa Observatório de Cultura Escolar (7): produção de conhecimento sobre currículo para educação Infantil, ensino fundamental e educação especial, tendo como objetivo

Mapear e analisar os processos de produção/disseminação de conhecimentos sobre propostas e/ou diretrizes curriculares para a escola básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e, particularmente, na educação especial, em dissertações e teses e; em eventos que congregam pesquisadores nacionais e estrangeiros (ANPEd e Congresso Lusobrasileiro de Currículo), delineadas nos trabalhos apresentados no período de 2004 a 2012. (SILVA, 2013, p.7).

Para tanto, privilegiou como objeto e fontes, teses e dissertações que estudaram documentos curriculares prescritos em âmbito nacional e por redes de ensino estadual e municipal, para a escolaridade básica, na perspectiva da distribuição de conhecimentos. Neste contexto, deu forma a programa de pesquisa, que desenvolve estudos e pesquisas desde a Iniciação Científica, passando por Dissertações de Mestrado e culminando em Teses de Doutorado. Entre esses, destacamos no âmbito deste artigo, a dissertação intitulada "*Neoliberalismo Educativo no contexto do desenvolvimento curricular da Escola Básica (1998-2013)*", da autoria de MARQUES, defendida em 2016.

Para dar forma aos resultados esperados, com a produção desta dissertação, estávamos ancorados na história do pensamento curricular ligado à escola, com análise da implementação de reformas curriculares e do estudo do currículo formal prescrito (parâmetros, diretrizes, referenciais, orientações, propostas, guias curriculares) como uma construção da história social, procurando entender a época em que foi proposta, as ligações que foram/são feitas com o contexto social da época, bem como as que lhe deram um determinado tom (SILVA, 2013).

Nos limites deste trabalho analisamos parte de resultados obtidos na dissertação acima identificada, organizada sobre o exercício de mapeamento de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em educação entre 1998 a 2013.

Vale destacar, que operamos com dados retirados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), identificando produções, que minimamente trouxeram estudos sobre as etapas da educação infantil e ensino fundamental, na perspectiva da recontextualização do discurso ideológico sobre a distribuição de conhecimentos.

Para tanto, elegemos como categorias de análise, a saber: currículo, Escola Básica, Educação Básica, distribuição de conhecimentos, conhecimento (construções intelectuais historicamente produzidas pela humanidade), qualidade (inclua-se educação de qualidade, qualidade na educação, entre outras variações de uso encontradas, referentes às relações com o conhecimento) e avaliação.

A escolha da BDTD como base de dados justifica-se pela riqueza e diversidade de trabalhos, bem como por ser um portal que integra e oferece na íntegra grande parte das teses e dissertações produzidas, na forma de catálogo *on-line*.

Para a exposição dos dados e das análises organizamos este texto em duas seções. Uma primeira, na qual apresentamos o que se configurou com aproximações ao levantamento de trabalhos, teses e dissertações que estudaram o currículo prescrito pelas categorias elencadas e, por fim, algumas notas para ilustrar o percurso das análises.

LEVANTAMENTO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Em uma primeira incursão de busca encontramos 174 trabalhos com os descritores “escola/educação básica e currículo”; 16 trabalhos com “currículo e distribuição de conhecimentos”; 417 trabalhos com “currículo e avaliação”; 56 com “currículo, avaliação e escola/educação básica”; e, por fim, 296 trabalhos com a combinação “avaliação e escola/educação básica”³.

Após as exclusões necessárias chegamos ao total de 72 trabalhos e com a leitura atenta dos títulos e resumos, estabelecemos a análise de 42 dissertações e 22 teses. Traduzindo em porcentagens aproximadas, 66% dos trabalhos identificados foram dissertações de Mestrado e 34% relatórios de teses, com atenção a sua distribuição regional.

Destacamos a incidência maciça de trabalhos nas regiões Sul e Sudeste, talvez porque grande parte dos Programas de Pós-Graduação em Educação esteja localizada nessas regiões e, conseqüentemente, as produções dos estudos. A incidência é expressivamente menor em outras regiões e no caso da região Norte, configurou-se inexistente nesta busca.

Para a identificação de conteúdo das produções encontradas⁴, realizamos análises de uma dissertação e de uma tese por região, defendida no último ano de levantamento. A análise de teses e dissertações vai muito além do acúmulo de dados, não obstante tem por finalidade a pluralização de leituras sobre as temáticas em questão.

A fim de entender as contribuições das produções, considerações dos autores e em que se diferenciaram, construímos análises, ainda que superficiais, de seus conteúdos. Para tanto, elegemos algumas categorias de análise, a saber: currículo, Escola Básica, Educação Básica, distribuição de conhecimentos, conhecimento (enquanto construções intelectuais historicamente produzidas pela humanidade).

Portanto, mais do que saber se essas categorias apareceram nos textos, importou saber se elas foram discutidas conceitualmente. Neste sentido, trabalhamos com aquelas que foram conceituadas, a saber:

³ Destes retiramos todos aqueles que tratavam do Ensino Médio e do Ensino Superior, por não serem as etapas tratadas na pesquisa; os que discutiam estágios de docência, formação de professores, Educação de Jovens e Adultos (EJA); os trabalhos de outras áreas do conhecimento, como química, enfermagem, entre outros; “ensino de” disciplinas específicas; de outros países; e, de outras modalidades de ensino como Educação Especial.

⁴ No tratamento de conteúdos, faremos menção a nomes de autores e ano de obras que foram utilizadas como aporte teórico-metodológico nos relatórios de Dissertações e Teses. No entanto, em função da delimitação, neste artigo só contará as referências dos trabalhos expressamente analisados.

Quadro 1 - Dissertações para análise de conteúdo

ANO DE DEFESA	TÍTULO	IES	REGIÃO
2012	Prova Brasil: concepções dos professores sobre a avaliação do rendimento escolar e o ensino de matemática no município de Aracaju (SE)	Universidade Federal de Sergipe	Nordeste
2013	Gestão estratégica e desempenho na educação básica: um estudo multi-caso das escolas catarinenses melhores colocadas na avaliação do IDEB 2009	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul
2013	Autoavaliação institucional: dimensões políticas e gestão democrática	Universidade Federal de São Carlos	Sudeste
13	Qualidade da educação: o que dizem os pesquisadores da área e os professores do ensino fundamental	Universidade Federal de Goiás	Centro-Oeste

Fonte: BDTD

Quadro 2 - Teses para análise de conteúdo

ANO DE DEFESA	TÍTULO	IES	REGIÃO
2007	A constituição dos saberes escolares na Educação Básica	Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste
2013	O discurso da educação de qualidade nas políticas de currículo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Sudeste
2013	A inclusão da instituição escola na cultura digital e a construção de novos paradigmas a partir da iniciação científica na educação básica	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul

Fonte: BDTD

Tratando especificamente da categoria **currículo**, Matos (2012) teceu discussão a partir de Goodson (2007, 2008), Ortigão (2005 e 2010) e Silva (1995), evidenciaram o currículo enquanto um processo que não é neutro, muito menos um processo individual. Defendeu-se um currículo organizado em consonância com a Avaliação do Rendimento Escolar estruturado para que as escolas pudessem alcançar a qualidade pretendida. Já Gonzaga (2013) analisou o discurso acerca da qualidade da educação, por meio da análise de documentos, estudo bibliográfico dos pesquisadores da área e entrevista com sete professores do ensino. Para tanto, considerou o índice IDEB não o melhor referencial para a análise da qualidade de educação como um todo e discutiu o currículo a partir de Mainardes (2009), a noção de currículo ligada a ciclos; Valverde (2009), no que dizia respeito à qualidade do conteúdo da escolarização; currículos escolares rígidos com Frigotto (2001); currículos que atendem aos novos interesses do mercado em Sousa Junior (2011). Por fim, nas dissertações, Montemór (2013) analisou a autoavaliação institucionalizada, organizada todos os anos em uma das

escolas municipais de José do Rio Preto (SP), recorrendo à concepção de currículo de Hernández (1998), na perspectiva de currículo integrado.

No âmbito das teses, Souza Júnior (2007) dedicou grande parte do seu trabalho às questões curriculares, posicionando-se em prol de um currículo emancipatório, com análises sobre sua concepção em diferentes lócus teóricos e para as diferentes etapas da Educação Básica. Matheus (2013) assumiu a concepção de currículo desenvolvida por Laclau, articulada às teorias produzidas por Alice Lopes e Elizabeth Macedo e abordagens do ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores, discutindo-o na perspectiva de educação de qualidade durante dois governos brasileiros (Lula e Dilma). Diferente dos outros trabalhos, neste o currículo foi explicitamente enunciado como produção cultural discursiva em múltiplos contextos.

Nas proposições de Rosa (2013), o currículo da Educação Básica foi apreendido na perspectiva de projetos de iniciação científica e tecnologias digitais, sob a égide da modalidade “um para um”, como *Web Currículo*.

Cientes de que o currículo constitui-se em um processo que não é neutro, muito menos um processo individual, notamos a ausência de análises que privilegiassem as questões do desenvolvimento curricular, principalmente nas especificidades do contexto brasileiro.

Na categoria **Educação Básica**, os dados indicaram poucos trabalhos que explicitaram seu conceito, ou o que entendiam por ela. Gonzaga (2013) e Souza Júnior (2007) trabalharam com as definições de Educação Básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDBN nº 9.394/96) em seu artigo 23. Gonzaga (2013) também recuperou o conceito da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e com o relatório de Delors (1980), na perspectiva de preparação para a vida e o melhor momento para aprender a aprender.

Diferentemente, Matheus (2013) falou da Educação Básica de caráter obrigatório e gratuito, por meio do documento do Partido dos Trabalhadores (2002a). Todos pela Educação (2006) na perspectiva de garantia do direito à Educação Básica a todos e Brasil (2011) na discussão sobre a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio. Contudo, não apresentou discussão conceitual para além destes aspectos.

No que diz respeito ao conceito de Escola Básica, não encontramos nenhuma explicitação, para além da identificação das etapas, em nenhuma das dissertações ou teses. Diante disso, encontramos duas possibilidades de contribuições por meio da pesquisa que desenvolvemos, isto é, a recuperação do conceito de Educação Básica em documentos legais brasileiros e internacionais, assim como a articulação do conceito Escola Básica no bojo das reformas curriculares da última década do século XX.

Na categoria **distribuição de conhecimentos**, apenas Rosa (2013) apresentou discussões, a partir de Tapscott e Williams (2011). Agregue-se a essa, o conhecimento e encontramos em Feldhaus (2013) discussões sobre as questões ligadas ao conhecimento como eixo de transformação produtiva com equidade, e como fator de competitividade de nações e empresas. Gonzaga (2013) discutindo-os como consolidação da estrutura de ensino dentro de hierarquias e; Sousa Junior (2011) falando sobre desenvolvimento de conhecimentos tecnológicos, conhecimentos indispensáveis e necessidades básicas de aprendizagem, para aproximar-se do trabalho idealizado pela Prefeitura de Goiânia e Secretaria Municipal de Educação (2004). Montemór (2013) utilizou-se da compreensão de conhecimentos para além dos sistematizados e da formação necessária à sobrevivência, mas comprometidos em garantir habilidades e competências indispensáveis à cidadania e às atividades produtivas.

Souza Júnior (2007) tratou, sobretudo, acerca da organização do conhecimento e para a discussão da categoria “conhecimento” utilizou autores que vão desde o conhecimento segundo os empiristas, passando por a totalidade do conhecimento e seus níveis de conhecimento, chegando em conhecimento como produto de uma estrutura e de um

conhecimento como ferramenta para acessar a informação. Matheus (2013) entendendo-o como bem comum, sendo, portanto, de direito de todos os sujeitos, discutiu as questões do conhecimento, principalmente, por meio de concepções de documentos nacionais, na perspectiva de construção do conhecimento mobilizado pelo corpo social da educação, conhecimento para todos.

Alguns dos trabalhos se detiveram na articulação como eixo de transformação produtiva com equidade, e como fator de competitividade de nações e empresas; como consolidação da estrutura de ensino dentro de hierarquias; desenvolvimento de conhecimentos tecnológicos; conhecimentos indispensáveis e necessidades básicas de aprendizagem; como conjunto de conhecimentos construídos historicamente e da relação dialógica no espaço escolar; para além dos conhecimentos sistematizados e da formação necessária à sobrevivência, mas comprometidos em garantir habilidades e competências indispensáveis à cidadania e às atividades produtivas; organização do conhecimento, entre outros.

Diante deste cenário, entendemos que fazer análises do conhecimento enquanto “conhecimento poderoso” e “conhecimento dos poderosos” (YOUNG, 2007) representaria alargar as fronteiras da discussão e aprofundar as análises da relação de poder. Entendemos que o campo curricular requeria este tipo de análise, do tipo que nos dispusemos a tecer nesta pesquisa.

Na busca para a categoria **qualidade**, deparamos com o trabalho de Matos (2012), que mencionou a “educação de qualidade” de proposições recentes a partir do crivo do resultado das avaliações externas, sobretudo a Prova Brasil. O conceito de qualidade em Matos (2012) foi delineado a partir de Dourado, Oliveira e Santos (2007), como um fenômeno complexo e abrangente que envolve múltiplas dimensões. Na discussão desta categoria, Matos (2012) realizou importante contribuição ao evidenciar o papel do Estado para apresentar padrões de qualidade que a Educação Brasileira necessitava alcançar, isto é, que correspondessem, ou que fossem coerentes, com as necessidades do País.

Para discutir educação de qualidade, Feldhaus (2013) partiu da concepção apresentada pelo Ministério da Educação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). O autor foi além na discussão, articulando uma defesa da qualidade da educação em seu caráter público, gratuito e universal, apresentando o conceito de qualidade na educação do artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e criticando o fundamento no aporte de Demo (1990), que separou a qualidade em dois aspectos, formal e político.

Em Gonzaga (2013), qualidade foi cunhada a partir das construções de Davok (2007); Delors (1998) na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem; Dourado, Oliveira e Santos (2007), Frigotto (1995), Gentili (1995), Harvey (2012), Machado (2007), Prefeitura de Goiânia, Secretária Municipal de Educação (2004), no sentido do educando aprender e prosseguir na sua experiência de escolarização.

No relato de pesquisa de Montemór (2013), qualidade foi discutida como possibilidade à dignidade humana. A partir de Barcelli (2011), o autor colocou em evidência a qualidade do ensino; da Constituição Federal (BRASIL, 1988), garantia do padrão de qualidade; Cury (2009), perspectiva de direito à educação, uma educação de qualidade. E, para além destes, também foram tecidas considerações centrais com Gandini (1992), Indicadores de Qualidade da Educação (UNICEF, PNUD, INEP-MEC, 2004) e LDBEN (1996), sobre padrões de qualidade.

Em Souza Júnior (2007), colocou-se em discussão “qualidade social”, a partir de autores como Brasil (2001), Fernandes e Franco (2001), Recife (2004), Santos (2002a), que serviram de aportes teóricos. Rosa (2013) contribuiu ao discutir que o fato de ter acesso à informação não garante qualidade da educação. Para a superação da mera transmissão de informação e vislumbrar qualidade, a autora se baseou nos estudos de Morin (2000).

Matheus (2013) analisou o discurso de qualidade nas políticas curriculares para a Educação Básica no Brasil, como qualidade como qualidade social, tendo como base teórica os documentos nacionais e Laclau (2011), como conceito que se torna significativamente vazio, pelos tantos significados que a qualidade represente.

Evidentemente os trabalhos se detiveram muito mais na discussão de qualidade da educação, o que consideramos grande contribuição dos trabalhos para o campo educativo, sobretudo para o subcampo curricular. Problematizou-se a “educação de qualidade” de proposições recentes, a partir do crivo do resultado das avaliações externas, sobretudo a Prova Brasil. Nesse sentido, evidenciou-se o papel do Estado para apresentar padrões de qualidade que a Educação Brasileira necessitaria alcançar. Padrões que correspondessem, ou que fossem coerentes, com as necessidades do país.

A qualidade ainda foi apresentada como fenômeno complexo e abrangente que envolve múltiplas dimensões; de caráter público, gratuito e universal; subdividida nos aspectos formal e político; satisfação das necessidades básicas de aprendizagem; no sentido dos educandos aprenderem e prosseguirem na sua experiência de escolarização; possibilidade à dignidade humana; garantia do padrão de qualidade; direito à educação; “qualidade social”.

Nesse sentido, sua discussão estava intrínseca à questão da **avaliação**, por isso em todos os trabalhos encontramos a discussão da categoria “avaliação”. Matos (2012) colocou em discussão três conceitos/ideias sobre avaliação: avaliação de aprendizagem por meio dos estudos de Luckesi (2010), Hoffmann (2009, 2011) e Furlan (2007); avaliação de rendimento escolar no entendimento de Souza (2010); e, avaliação em Matemática segundo Mendes (2009).

Feldhaus (2013) articulou a ideia de avaliação de desempenho como um novo paradigma da administração do Estado. Na perspectiva de romper com lentidão e ineficácia dos modelos educativos tradicionais. Menciona algumas avaliações internas e externas como divisor de águas de concepções quanto à avaliação, como: Ideb e PISA.

Em Gonzaga (2013), avaliação foi problematizada a partir da base teórica constituída por: Brasil (1996); A declaração de Jomtiem – Declaração Mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990), discutindo sistemas de avaliação de desempenho; Delors (1998); Freitas (2007), evidenciando a avaliação externa; Guimarães (2013); Mainardes (2009) para reforçar que a proposta dos ciclos não é aferir notas nem dar um sentido classificatório; e, Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Educação (2004).

Entre os principais autores que constituíram a base teórica de Montemór (2013) estavam: Afonso (2005), para fazer contestação sobre o papel do Estado avaliador e sua ênfase nos resultados de políticas neoliberais; Aguilar, Ander-Egg (1994); Ballart (1992); Casali (2007), evidenciando a avaliação como medida de referência de valor em diversos âmbitos; Caldeira (2000); Cuba e Lincoln (1989); Hoffmann (1993); Nevo (1986), avaliação somativa e avaliação formativa; Soeiro e Aveline (1982), que afirmam a presença da avaliação na história da humanidade desde os tempo primitivos; Viedma (1996); Villas-Boas (1998); Worthen, Sanders, Fitzpatrick (2004); entre outros. Montemór (2013) tratou da autoavaliação como a possibilidade de olhar para si. Assim, segundo ele, a autoavaliação se inscreveria em uma dimensão política e da gestão democrática.

A avaliação foi discutida por Souza Júnior (2007), com Mainardes (2001), Pacheco (2000), Ramos (2001), Recife (2003a), Santos (2002a), Shiroma (2002), na perspectiva de uma educação que promovesse emancipação dos sujeitos.

Rosa (2013) a partir dos pressupostos lançados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Também se aportou em Passimato (2011), no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais com o objetivo para indicadores da avaliação da integração das TICs

ao currículo. Ainda contou com Franco (2008) para discutir avaliação formativa e Fernandes (2008) sobre a relação currículo e avaliação.

Por fim, Matheus (2013) teceu análises no sentido da promoção de centralização do currículo por meio de processos avaliativos. Prioritariamente, sob a luz de documentos nacionais, na perspectiva de uma avaliação que considere aspectos intra e extraescolares e da discussão de constituição de processos de avaliação como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

NOTAS FINAIS

Os principais achados dizem respeito à regularidade da distribuição no tempo e entre os quatro campos temáticos, à grande incidência de estudos sobre o ensino fundamental, à alta concentração da produção no eixo Sul–Sudeste e em orientadores experientes e à precariedade dos resumos em termos de informações sobre o campo empírico e as características das investigações utilizadas.

Sobre a concentração da produção no eixo Sul–Sudeste, destacamos a expressiva desigualdade regional na distribuição de teses e dissertações produzidas. Das 42 dissertações, 37% foram produzidos na região Sudeste, 35% na região Sul, 12%, na Centro-Oeste e 16% na Norte. Das 22 teses, 50% foram produzidas na região Sul, 45% na região Sudeste e 5% na região Nordeste.

Essa desigualdade regional tem um dos seus motivos na incidência de grande parte dos Programas de Pós-Graduação em Educação estar localizada nessas regiões e, conseqüentemente, as produções dos estudos. A incidência foi expressivamente menor em outras regiões e no caso da região Norte foi inexistente nesta busca.

A linguagem escolhida na educação não é neutra, pois com ela compreendemos a realidade educacional de uma forma e não de outra, destacamos determinados problemas, tomamos posição diante deles e expressamos nossas intenções. Diante disso, o pequeno contingente de trabalhos, que se dedicaram ao estudo da distribuição de conhecimentos, o que consideramos uma fragilidade e limitação para a consolidação do campo curricular brasileiro.

Nesta perspectiva, o desafio de uma educação crítica é construir estudos e pesquisas que se debruçam sobre currículos e documentos curriculares, sobretudo com a finalidade de refletir as tradições culturais e construir currículos que visem a formação integral dos homens.

REFERÊNCIAS

FELDHAUS, D. C. Gestão estratégica e desempenho na educação básica: um estudo multi-caso das escolas catarinenses melhores colocadas na avaliação do IDEB 2009. 2013. 146 f. *Dissertação* (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107317>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

GONZAGA, N. M. Qualidade da educação: o que dizem os pesquisadores da área e os professores do ensino fundamental. 2013. 124 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3486>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

MARQUES, A. R. Neoliberalismo Educativo no contexto do desenvolvimento curricular da Escola Básica (1998- 2013). *Dissertação*. Campo Grande: UFMS, 2016. 224p.

MATOS, A. M. dos S. Prova Brasil: concepções dos professores sobre a avaliação do rendimento escolar e o ensino de matemática no município de Aracaju (SE). 2012. 158 f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em: <<https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1800>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

MATHEUS, D. dos S. O discurso da educação de qualidade nas políticas de currículo. 2013. 219 f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_5e13de2d2c6de33c2900c1094a0b149>. Acesso em: 27 nov. 2015.

MONTEMÓR, M. L. Autoavaliação institucional: dimensões políticas e gestão democrática. 2013. 121 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_212a2eeb7e5782c2676d6f8648a30ffd>. Acesso em: 26 nov. 2015.

ROSA, M. B. A inclusão da instituição escola na cultura digital e a construção de novos paradigmas a partir da iniciação científica na educação básica. 2013. 252 f. *Tese* (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013 Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/80523>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SILVA, F. C. T. *Observatório de cultura escolar (7): produção de conhecimento sobre currículo para a educação infantil, ensino fundamental e educação especial*. Campo Grande: UFMS, Pesquisa em andamento, PROPP, 2013.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M. de. A constituição dos saberes escolares na Educação Básica. 2007. 354 f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/handle/123456789/4144>>. Acesso em: 27 nov. 2015.